



Governo do Estado do Amapá

Ata da 1ª Audiência Pública para Apresentação do Zoneamento Ecológico-econômico (ZEE), realizada no dia dezesseis de maio de dois mil e vinte e quatro, no Parque de Exposições da Fazendinha, no Município de Macapá.

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro às nove horas e quarenta e três minutos, no Parque de Exposições da Fazendinha, no Município de Macapá, reuniram-se as autoridades e demais participantes para a realização da Audiência Pública com o Tema: Apresentação do Zoneamento Ecológico-econômico (ZEE). O Mestre de Cerimônias desejou boas-vindas a todos, agradeceu a presença de todos que estavam acompanhando esta solenidade, seja presencialmente, remotamente ou pelos canais de comunicação. Em seguida, convidou para compor a Mesa de Honra: o Excelentíssimo Vice-Governador do Estado do Amapá, **Antônio Teles Júnior**; o Coordenador Geral do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática, o Senhor **Bruno Siqueira**; a Excelentíssima Deputada Estadual, **Edna Auzier**, representando a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá; a Excelentíssima Promotora de Justiça Dra. **Christie Damasceno Girão**, representando o Procurador-Geral do Ministério Público do Estado, Dr. Paulo Celso Ramos; o Excelentíssimo Secretário de Estado de Planejamento, **Lucas Abraão**; a Magnífica Reitora da Universidade do Estado do Amapá, Professora Dra. **Katia Paulino**; o Diretor-Presidente do IEPA, Senhor **André Abdon**; O Excelentíssimo Secretário Municipal Adjunto de Planejamento do Município de Santana **Marlus Carvalho**; a professora da Universidade Federal do Amapá, Senhora **Claudia Chelala**, representando todos os pesquisadores da Universidade Federal do Amapá; o professor **Aristoteles Viana**, representando todos os pesquisadores que fizeram parte do ZEE; a representante da sociedade civil organizada, a Senhora **Katia Petini**, Presidente da Associação de Produtores Rurais do Amapá. Logo após, o Mestre de Cerimônias solicitou a todos para que, se possível, ficassem em posição de respeito para a execução do hino nacional, seguido da canção do Amapá. Posteriormente, o Mestre de Cerimônias registrou e agradeceu a presença de demais autoridades e convidados em bloco. Em seguida, dando início a **primeira etapa** da Audiência Pública, passou-se para o momento que os integrantes do dispositivo fizessem suas considerações. O primeiro convidado a fazer sua fala foi o Secretário de Planejamento, **Lucas Abrahão**, que cumprimentou a todos os presentes. Agradeceu à equipe da Secretaria de Planejamento pela organização do evento e se disse orgulhoso e honrado de poder estar no cargo de Secretário de Planejamento. Pediu uma salva de palmas da plateia em reconhecimento do



Governo do Estado do Amapá

trabalho dos servidores da secretaria. Cumprimentou as demais autoridades presentes no dispositivo. Agradeceu a presença dos representantes do Ministério Público, da Assembleia Legislativa e dos representantes dos Institutos de Pesquisa do Estado. Agradeceu ao Diretor do IEPA e ressaltou que o Instituto devia ser reconhecido e valorizado pelos grandes pesquisadores que possui. Agradeceu a presença das professoras das universidades do Estado que compunham o dispositivo e estavam representando os demais professores pesquisadores das referidas universidades e que contribuíram para a construção do estudo do ZEE. Destacou ainda a importância da participação da EMBRAPA. Cumprimentou o representante de pesquisadores do IEPA e a representante da sociedade civil. Enfatizou a presença de muitas organizações da sociedade civil no evento reconhecendo que este era um evento participativo e estava contando com vários setores presentes, urbano e rural. Destacou a participação de muitos agricultores, mineradores artesanais, representantes de grandes mineradoras, a presença da Defesa Civil e de movimentos sociais e comunitários de base, estudantes. Agradeceu a participação do Secretário Adjunto de Planejamento do Município de Santana que representava a conexão do ZEE com os municípios. Cumprimentou os servidores da Secretaria do Meio Ambiente do Estado - SEMA. Ele ressaltou que o Governador Clécio Luís junto com o Vice-Governador Teles Júnior apresentou um programa de governo nas eleições de respeito ao meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, um programa de clareza e orgulho dos índices ambientais. Ele disse que o ZEE não pretendia diminuir em nenhum centímetro nenhuma das reservas e áreas de proteção do Estado. Disse ter orgulho dos territórios indígenas demarcados, de ter a Mestre Esmeraldina, uma das pessoas mais simbólicas do Estado que viu a história do Curiaú acontecer. Elogiou a apresentação do grupo musical Encore da Escola Walquíria Lima que abriu o evento e entoou os hinos nacional e do Estado, demonstrando que a educação musical pública consegue gerar arte, beleza e encantar. Terminou seu discurso com uma fala do apóstolo São Paulo e lembrando que o ZEE é um produto que foi pensado por muitas pessoas há muito tempo e que o Amapá é um destaque de zoneamento antes mesmo da exigência do Código Florestal, pois já possuía experiências de zoneamento e serviu de exemplo para outros lugares do Brasil. Ele saudou o professor Jurandyr Ross que ajudou na reta final e consolidação do ZEE. Falou que não se pode cometer o erro de esquecer quem trabalhou o zoneamento no início dos anos dois mil, de dois mil e dois a dois mil e doze, e numa segunda etapa, dos anos de dois mil e dezessete aos dias atuais. Disse que é importante valorizar a história de quem ajudou a construir o debate desse tema, e agora poder colher um documento robusto, feito por mais de cento e trinta pesquisadores, com oitocentas páginas, com relatório executivo que conta com aproximadamente cento e trinta páginas, com mapas a disposição. Informou que estava disponível e aberta a mesa para inscrição e formulação de perguntas para a audiência. Ressaltou que o Amapá produziu um dos melhores documentos sobre zoneamento ecológico-econômico do Brasil e desejou a todos uma audiência produtiva, que todos possam sair com orgulho dos índices



Governo do Estado do Amapá

ambientais e determinados em utilizar as áreas zoneadas para produtividade econômica, para atividades econômicas mais diversas, usadas para transformar a vida do povo do Amapá. Agradeceu e desejou uma boa audiência. Em seguida, o Mestre de Cerimônias convidou para compor o dispositivo de honra o Excelentíssimo Deputado Estadual **Jesus Pontes** e o Chefe Geral da EMBRAPA no Amapá, Senhor **Antônio Cláudio Almeida**. Em seguida, fez o registro da presença de demais autoridades e convidados presentes no evento. Após, convidou a próxima convidada a fazer sua fala, a Promotora de Justiça Dra. **Christie Damasceno Girão**, que estava representando o Procurador-Geral do Ministério Público do Estado, Dr. Paulo Celso Ramos. A Promotora cumprimentou todos os presentes. Disse que estava muito feliz em estar em uma audiência pública com a presença expressiva da população. Disse que o maior desafio do ZEE era equilibrar a necessidade de desenvolvimento econômico do Estado, trazer emprego e renda para a população amapaense sem abrir mão de ter os recursos naturais preservados e que entregar esse estudo do ZEE era de suma importância. Parabenizou o Governo do Estado do Amapá por dar a oportunidade de ouvir a população, os pequenos produtores e quem estava na ponta. Desejou que pudessem sair com uma produção e participação efetiva da população e colocou o Ministério Público do Estado do Amapá à disposição para a construção e debate deste estudo do ZEE. Agradeceu e encerrou a sua fala. O Mestre de Cerimônias deu continuidade ao evento, cumprimentou demais autoridades presentes na audiência e convidou o Diretor Presidente do IEPA, senhor André Abdon para fazer suas considerações. O Senhor **André Abdon** cumprimentou todos os presentes e disse que suas considerações seriam breves, pois o que se pretendia era dar ênfase às discussões e aos esclarecimentos que seriam dados pelos pesquisadores sobre o ZEE, que era uma exigência que nortearia os caminhos necessários aos investidores, a todos os setores, regionais, nacionais e internacionais, quando chegassem ao Estado e tivessem este instrumento à disposição para que soubessem onde investir, como investir, com segurança, jurídica e institucional, e com a garantia do Governo. Parabenizou o Governo do Estado do Amapá em intensificar e exigir que todos se empenhassem em dar o resultado, este ano, da finalização de algo que tinha sido trabalhado por vários técnicos, pesquisadores e órgãos dos Governos estadual e federal que ajudaram a trabalhar e dar os esclarecimentos necessários nesta audiência. Parabenizou em especial a todos os que trabalharam para deixar expostas as informações necessárias para esclarecimento de dúvidas, num caminho a percorrer para o desenvolvimento do Estado e do Brasil. Agradeceu e encerrou sua fala. Em seguida, o Mestre de Cerimônias convidou o Deputado **Jesus Pontes**, representando a Assembleia Legislativa do Amapá, para fazer seu pronunciamento. O Deputado cumprimentou a todos os presentes. Disse que o debate sobre o ZEE era uma guerra de todos. E, usando de exemplo a situação de calamidade vivida pela população do Rio Grande do Sul, demonstrando que a falta de planejamento a longo prazo poderia destruir a vida das pessoas. Disse que o ZEE do Amapá definiria quais os locais que



Governo do Estado do Amapá

poderiam ser produzidos e que não teriam sobressalto no futuro, além de dar uma segurança jurídica para que se pudesse fazer a produção acontecer sem sobressalto jurídico, sem trazer a polícia para dentro da relação e manter o meio ambiente. Afirmou que não se podia abrir mão disso. Disse que o Amapá historicamente tinha dado sua contribuição para o país e para o mundo e não tinha recebido o retorno necessário, e já tinham se passado mais de vinte anos de discussão do ZEE e que só havia sido discutida a parte ambiental. Ele defendeu que não se podia deixar que o documento do ZEE fosse para discussão na Assembleia Legislativa e demorasse mais tempo de discussão. Ele disse que compreendia a ávida necessidade dos setores produtivos presentes, que podiam trazer ao Estado uma indústria completa, de desenvolvimento econômico e social para os dezesseis municípios do Estado, ampliando a renda e o emprego. Disse que fazer o ZEE com responsabilidade era fundamental, e que os deputados estaduais estariam ao lado do setor produtivo e, como representantes do setor público, pensariam na geração de emprego e renda. Disse que há mais de cinquenta por cento da população no Cadúnico, que representa um custo altíssimo na vida das famílias. Disse que a palavra de ordem do ZEE do Amapá precisa ser equilíbrio e que é isso que se pretende buscar. Agradeceu o esforço do Secretário Lucas Abrahão. Disse que acompanha e sabe a urgência da necessidade de criar oportunidades para o Estado, e que sabe dos avanços do Instituto Amapá Terras e da Secretaria de Meio Ambiente e o compromisso dos seus servidores. Reforçou a importância do setor público e setor privado estarem unidos para pensar em preservar com responsabilidade e dar liberdade econômica, jurídica e política para que as pessoas produzam com qualidade. Disse acreditar que o Amapá pode melhorar em muitas atividades econômicas presentes no Estado. Agradeceu e encerrou sua fala. Logo após, o Mestre de Cerimônias convidou o Coordenador Geral do Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática - MMA, senhor **Bruno Siqueira**. Este cumprimentou as autoridades e todos os demais presentes. Disse que era um prazer estar representando o Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática no evento. Apresentou-se como parte da equipe que cuidava do ZEE no Ministério há cerca de 20 anos e ressaltou que, desde que ingressou na equipe, viu que o Amapá era apontado como um exemplo a ser observado e seguido em termos de Zoneamento Ecológico Econômico. Disse que demorou um pouco para que chegassem ao momento de realização das audiências públicas sobre o ZEE no Estado, mas apontou que o vice-governador Teles Júnior sempre manteve o assunto em pauta, desde quando estava na Secretaria de Planejamento e que ficava muito tranquilo por tê-lo representando o Governador Clécio Luís, que gostaria de estar presente, mas não pôde. Cumprimentou as equipes da Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN e do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá - JEPA que se envolveram com a elaboração do ZEE ao longo dos anos, no Estado do Amapá, e que fizeram muito esforço para que o evento acontecesse. Passados tantos anos que o Amapá vinha trabalhando com o ZEE, questionou se ainda fazia sentido discutir esse assunto e afirmou que nunca foi tão necessário ter um instrumento como o ZEE, não apenas para o Estado do



Governo do Estado do Amapá

Amapá como para o país inteiro. Acrescentou que diversos Estados já tinham suas iniciativas de ZEE e que o fato tinha uma razão de ser - na conjuntura atual do país, o ZEE representava alguns princípios que ele gostaria de destacar e que, ao longo da Audiência Pública, todos precisavam ter em perspectiva: o ZEE, primeiramente era integração e diálogo, pois o país estava cada vez mais imediatista e polarizado, os interesses muitas vezes não eram coincidentes, mas poderiam promover - por meio de um diálogo respeitoso - a integração entre meio ambiente, economia, diversidade e inclusão social. Disse que gostaria que fosse a primeira de quatro audiências, porque após concluído o processo na sociedade era fundamental que o ZEE fosse internalizado nas políticas públicas e o Legislativo tinha um papel fundamental, sugerindo que fosse realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Amapá - ALAP. Ressaltou que era cada vez mais importante que os diversos atores da sociedade estivessem sensibilizados sobre a importância do instrumento (ZEE) e que a presença e participação dos representantes eleitos pela população o tornaria ainda mais legitimado e efetivo. Acrescentou que o ZEE era também um instrumento de conscientização e, da pior forma possível, o que estava acontecendo no RS mostrava que não havia um planeta de reposição. Afirmou a importância de que os processos de desenvolvimento e atividades produtivas estivessem cada vez mais pautados na sustentabilidade. Disse que o ZEE buscava a qualificação das ações sem desconsiderar nenhum interesse ou nenhum setor do Estado do Amapá e observados os limites que os ecossistemas impunham. Para finalizar, pontuou que seria um dia de muita escuta e que os protagonistas seriam os participantes e que aguardavam com muita ansiedade os resultados desse ciclo de audiências, agradeceu pela possibilidade de envolvimento do MMA e do Governo Federal como um todo e destacou que esperavam como resultados segurança para os investimentos, clareza sobre áreas que poderiam ser direcionadas para atividades de inclusão dos povos tradicionais, assentados da reforma agrária e maior substância para os processos de desenvolvimento do Estado do Amapá. Disse que o ZEE não era um engessador do processo produtivo e que poderia ter uma maior intensificação de utilização de algumas porções do território de forma mais segura e qualificada possível, a partir dos estudos. Disse que seria importante que todos os presentes fossem ouvidos da forma mais respeitosa possível e que fosse criado um dinamismo pautado na sustentabilidade no Estado. Agradeceu e encerrou a sua fala. Ato contínuo, o Mestre de Cerimônias, convidou o senhor Vice-Governador do Estado do Amapá, o senhor Antônio Teles Júnior. Com a palavra, o Vice-Governador **Antônio Teles Júnior** cumprimentou todos os presentes. Reforçando as palavras do senhor Bruno Siqueira disse que os protagonistas do evento eram todos os representantes do setor produtivo do Estado do Amapá e que todos deveriam estar animados para participar do ZEE, levar ao conhecimento dos pesquisadores os interesses de cada segmento e produzir um documento que, de fato, refletisse tais interesses. Ressaltou que o instrumento não estava ali para engessar a economia do Estado, mas para gerar segurança jurídica aos produtores do Estado e, acima de tudo, o surgimento de novos investidores e novas



Governo do Estado do Amapá

possibilidades e oportunidades para as pessoas que residiam no Amapá. Disse que era possível estabelecer uma realidade de crescimento econômico, de geração de renda e emprego, preservando o meio ambiente e sem que isso representasse um perigo para as futuras gerações. Cumprimentou a Mesa de Honra - em nome da Dr^a Christie Damasceno, que ali representava o Ministério Público - e pediu que a instituição participasse dessa agenda de audiências públicas, pois não podiam permitir mais que tentassem criminalizar a atividade produtiva no Amapá, apontando que ela era uma solução para os problemas sociais do Estado. Acrescentou que, infelizmente, ocorreram episódios passados de incompreensão e até de insensibilidade de alguns órgãos de controle externo quanto à necessidade da atividade produtiva e que era importante saberem que esta deveria estar pautada em um regramento claro e transparente para a sociedade. Voltando-se aos Deputados Estaduais Edna Auzier e Jesus Pontes, cumprimentou o Poder Legislativo destacando que eram membros da Comissão de Assuntos Econômicos e Meio Ambiente, respectivamente, e reiterando a importância da audiência pública na Assembleia Legislativa, juntamente com os demais órgãos de controle externo do Executivo, para que otimize uma etapa importante para a aprovação do ZEE. Pontuou que, depois de aprovado no Poder Legislativo, teriam uma aprovação via Ministério do Meio Ambiente e aí estava a importância do Coordenador Geral do MMA no evento, pois tudo que fosse feito já teria uma aprovação prévia do Ministério. Acrescentou que, se tivessem a capacidade de realizar as três audiências rapidamente, poderiam ter o ZEE aprovado antes do Estado de Roraima (que era o Estado tomado por referência, em termos de destravamento do ZEE, por muitos produtores do Amapá). Parabenizou o senhor Lucas Abrahão pelo trabalho que vinha sendo realizado à frente da Secretaria de Planejamento - da qual já havia sido secretário, logo após do Dr. Eduardo Tavares - destacando que foi uma agenda construída por muitas mãos. Homenageou o Professor Benedito Rabelo, apontando-o como um grande amapaense e pioneiro do ZEE no Estado do Amapá. Relatou que o professor Benedito lutou para que o ZEE ficasse sob a coordenação do próprio IEPA - e não de uma Fundação da EMBRAPA do Maranhão que havia sido contratada - porque acreditava ser uma forma de dinamizar o conhecimento com os pesquisadores locais, com a academia e com a sociedade. Afirmou que o Professor Benedito estava certo e que via quantos pesquisadores e pessoas envolvidas na agenda, tornando o conhecimento internalizado nas instituições locais como a academia, o IEPA, a EMBRAPA. Destacou que o conhecimento era 100% amapaense e tinha se tornado uma referência nacional, mostrando que estavam bem servidos de pesquisadores e profissionais neste sentido. Dizendo-se "filho" dessa academia, apontou que tinha três ex-professores no dispositivo da Mesa de Honra. Parabenizou todos os pesquisadores e instituições de ensino amapaenses. Cumprimentou o senhor André Abdon e o senhor Marlos, que ali representava os Secretários Municipais. Fez uma referência ao Dr. Marvulli, aos seus ex-professores Cláudia Chelala, Viana e Antônio Cláudio, à senhora Kátia Petini e ao senhor Tobias e demais produtores de grãos presentes. Relatou que enfatizou ao senhor Bruno



Governo do Estado do Amapá

Siqueira, quando questionado, que os dois setores que julgava terem maior potencial de crescimento a curto prazo eram o florestal e o de produção de alimentos, no âmbito da agricultura familiar e da produção de grãos, potencializando as possibilidades na bioeconomia. Pontuou que acreditava que esse era o caminho e que, embora as pessoas falassem muito do petróleo na margem Equatorial, não a julgava como uma solução a curto prazo. Destacou acreditar muito no papel que os produtores do agronegócio tinham não só para produzir grãos e proteína animal no Estado, mas também para agregar valor em outras atividades extrativas que já existiam. Parabenizou as equipes da SEPLAN, da UEAP, da UNIFAP, do IEPA e de todos os demais órgãos públicos que participaram da elaboração do ZEE. Disse que esse instrumento mostrava quanto tempo era necessário para se amadurecer uma política pública. Relatou que iniciaram esse trabalho em 2016 e que, desde então, ocorreram governos e coordenações distintos formando muitas mãos para a construção de uma política pública, o que não era fácil de conseguir conciliar o tempo, as discontinuidades, as intempéries e os desafios que existiam. Ressaltou que o momento que estavam vivendo se conectava com três outros momentos: a decisão de contratar o Exército para fazer o destaque das glebas para que pudessem levar à União; o convênio com a EMBRAPA e depois com o IEPA para a construção do ZEE e a discussão da Lei de Terras do Amapá (2016), em que o Legislativo teve uma importância muito grande. Relatou que essas agendas foram trabalhadas simultaneamente no intuito de construir um ambiente de segurança jurídica. Fez um pedido de palmas à Secretária Thaís Lopes e, em nome dela, a todos os servidores da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, pelo trabalho de regulamentação e de maior transparência no processo de licenciamento ambiental. Reiterou que todas as ações que estavam fazendo eram para promover a segurança jurídica necessária para que o Amapá pudesse crescer, se desenvolver e atrair investimentos de longo prazo. Acrescentou que todas essas agendas foram tocadas como agendas complementares e com um único objetivo de ter no Amapá um ambiente seguro para que as pessoas possam investir e, como consequência disso, gerar emprego, renda e riqueza que faria com que os irmãos amapaenses prosperassem. Pediu as bênçãos de Deus à audiência pública e que cada agente público ali presente pudesse participar ativamente das discussões. Desejou que, muito em breve, pudessem ter o ZEE aprovado no Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática e que trouxesse os benefícios para o Estado do Amapá. Agradeceu e encerrou a sua fala. Ato contínuo, o Mestre de Cerimônias solicitou às autoridades que compunham o dispositivo de honra que pudessem retomar aos seus assentos, a fim de que fosse iniciada a **segunda etapa** do evento. Para fazer a leitura das regras de participação, foi convidada ao palco a Coordenadora da Unidade de Gestão de Programas Estratégicos da SEPLAN, a senhora **Maria Cecília**. Feita a leitura das regras do evento pela Coordenadora, o Mestre de Cerimônias convidou o professor Paulo Sérgio Ferreira da Silva, Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Estado do Amapá - UNIFAP, para fazer a sua explanação a respeito do ZEE e de sua metodologia. Com a palavra, o



Governo do Estado do Amapá

Professor **Paulo Sérgio Ferreira da Silva**, cumprimentou e deu as boas-vindas a todos os presentes. Disse que começaria com uma apresentação para demonstrar todo o processo do ZEE e que esperava pelas contribuições de todos. Pontuou que o ZEE era um instrumento de apoio ao planejamento e que tinha desdobramentos no território relacionados ao desenvolvimento socioeconômico, sustentável e de melhoria da qualidade de vida da população em todo o Estado. Descreveu o instrumento como um banco de dados gigantesco, com informações em formato de mapas e de relatórios que se transformariam em materiais de planejamento, de gestão e até de normatização para auxiliar na organização do território e facilitar a implementação de políticas públicas. Reforçou que o ZEE foi construído por várias mãos e destacou o trabalho dos Governos Estadual e Federal, das Prefeituras municipais, do setor privado, da sociedade civil, da academia e das entidades de classe. Citou que foram mais de 100 pesquisadores envolvidos no processo e que eles tiveram uma importância efetiva. Remetendo aos slides de apoio, disse que foi utilizado um conjunto de normas para a construção do documento e que, historicamente, o ZEE já aparecia na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e passou, ao longo dos anos, por vários documentos normativos, culminando com o Código Florestal de 2012. Pontuou que o processo de zoneamento aparece no Amapá, em termos legislativos, no ano de 1991 por meio do Decreto Estadual 277/1991. Exibiu um slide com a metodologia seguida para a construção do ZEE, mostrando as etapas de planejamento, diagnóstico, prognóstico, e os subsídios à implementação. Destacou que o planejamento se desdobrou em três etapas, sendo elas: articulação institucional e administrativa, elaboração do projeto na escala de 1:250.000 e o levantamento de demandas da sociedade nos 16 municípios do Estado. Citou exemplos de alguns dos municípios que foram visitados e exibiu imagens dessas visitas para o levantamento de demandas. Na sequência, exibiu slides sobre a fase de diagnóstico e explicou que essa etapa era feita através de estudos e de relatórios de campo. Disse que eram três as dimensões do conhecimento tratadas na fase de diagnóstico: informações do meio natural, pesquisa socioeconômica e regramentos jurídicos. Pontuou que o Amapá era um Estado com muitas Unidades de Conservação e terras indígenas que tinham os seus regramentos próprios e que, portanto, era feito um levantamento para que não houvesse conflitos e esses três conjuntos se desenvolvessem em resultados práticos. Relatou que, como produtos da fase de diagnóstico, geraram mais de cem mapas do meio físico e biótico nesta etapa. Mostrou outros slides sobre o levantamento de biodiversidade de fauna, apontando para a identificação de 2010 espécies. Exibiu detalhes de geologia e de recursos minerais do Estado, mostrando os mapeamentos de geomorfologia; de altimetria - apontando o ponto mais alto e o mais baixo do Estado; de vegetação, de ocupação da terra e de desmatamento; de solos, destacando os latossolos como os de maior ocorrência no Estado; de meteorologia e pluviosidade; dos resultados socioeconômicos, subdivididos em: população, PIB, aquicultura, rebanho, agroindústria entre outros. No eixo socioeconômico, trouxe detalhes de demografia, condições de vida,



Governo do Estado do Amapá

indicadores sociais e arranjos produtivos locais. Mostrou um estudo de levantamento arqueológico do Estado que trouxe contribuições inéditas e indicou a existência de 902 registros de sítios arqueológicos. Destacou o estudo do patrimônio e de memórias urbanas. Trouxe outro estudo sobre lugares de memória. Prosseguiu exibindo um compilado relacionado ao mapeamento de diagnóstico jurídico-institucional. Explicou que, adiante, partiram para a fase de integração de todos esses temas, a fim de que fosse produzido um organograma metodológico que fizesse sentido e unificasse os dados e informações colhidos para o ZEE, possibilitando a realização de um prognóstico. Apontou que, durante a etapa de prognóstico, foram geradas tendências de desenvolvimento (cenários) e a identificação e desenho das zonas. Também como resultado da etapa de prognóstico, apresentou os documentos: Relatório técnico sintetizado, mapas-síntese e mapas de zona que seriam explorados pelo próximo orador, o professor Jurandyr Ross. Descreveu que essa unificação de dados foi construída por oficinas, seminários e reuniões técnicas de integração de dados que demoraram bastante tempo para serem concluídas. Exibiu registros fotográficos de alguns desses encontros e reuniões. Trouxe números dos conjuntos de reuniões, viagens, mapas produzidos, pesquisadores envolvidos no processo, resultando em um relatório de mais de 3 mil páginas. Convidou o professor Jurandyr para falar sobre a etapa de integração. Agradeceu e encerrou a sua fala. O Mestre de Cerimônias convidou ao palco o professor Jurandyr Ross, Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo - USP. Com a palavra, o **Professor Jurandyr Luciano Sanches Ross**, cumprimentou todos os presentes e disse que era um prazer estar ali e ver a finalização do trabalho técnico do ZEE. Disse que ingressou no projeto no meio do caminho, com a finalidade de fazer um trabalho de integração dos dados. Relatou que muitas pessoas pensavam que um trabalho de integração de dados estatísticos e cartográficos era apenas uma questão de fazer operações técnicas no computador, mas que não se tratava disso. Então, era importante parabenizar as equipes técnicas da EMBRAPA, da UNIFAP e do IEPA que puderam participar de forma intensiva e, depois de terem todo o levantamento temático executado, partiram para a integração e para a geração do zoneamento. Relatou que o trabalho seguiu as fases já elencadas pelo professor Paulo e que elas resultaram em um produto: um relatório técnico-científico, acompanhado de mapas, gráficos e tabelas que permitissem uma proposição técnico-científica do uso do território, na perspectiva de um aproveitamento adequado e sustentável de recursos naturais. Apontou que esse resultado também diminuiria os "achismos" e que era preciso trabalhar com uma base técnica-científica e com uma base jurídica sólida, não só nas fases que precediam a construção e execução do zoneamento, mas também em todos os desdobramentos posteriores. Destacou que o trabalho partia de uma base legal sólida já apresentada pelo professor Paulo e que havia muitas outras legislações correlatas dado que o Estado possuía muitas unidades de conservação e terras indígenas. Apontou que um grupo de trabalho estava relacionado à sociodiversidade e que ele teve que aprender muito sobre o Estado do Amapá no último ano, a partir dos relatórios



Governo do Estado do Amapá

produzidos pela Universidade, pelo IEPA, pela EMBRAPA. Acrescentou que a Amazônia era vista no mundo todo na perspectiva da biodiversidade e que esse fato não poderia ser negligenciado, dado que o planeta passava por mudanças climáticas e, sendo elas um processo natural ou intensificado pelas atividades humanas, o que importava era que essas mudanças eram apontadas desde as décadas de 80, 90 e que o desenvolvimento econômico e social deveria estar pautado na sustentabilidade ambiental, considerando um tripé. Caracterizou a geodiversidade como a parte não viva ligada ao meio natural e que dava suporte à vida vegetal e vida animal. Mostrou no slide as categorias de terras protegidas, sociodiversidade, biodiversidade e geodiversidade, enfatizando que afunilavam as informações para realizar sínteses e que produzi-las não era um trabalho simples como apertar um botão. Mostrou que analisaram aspectos como potencialidade social, vulnerabilidade social, potencialidades naturais e fragilidade potencial. Narrou que, quando trabalhou no RADAM do Brasil durante a década de 70, fizeram levantamento dos recursos naturais sem preocupações ambientais, pois o tema ainda não era pauta. Mas considerou que o lado na natureza estava lá e eles estavam mapeando e representando a natureza na perspectiva do seu potencial de uso. Relatou que, à época, não tinham uma preocupação com o potencial da fragilidade do ambiente, mas que era preciso sempre ver os dois lados: o potencial de um lado e a fragilidade do outro. Enfatizou que a natureza cobrava, citando o exemplo das enchentes ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul e afirmando que o povo gaúcho estava pagando caro por um histórico de ocupação do território que se repetia no Brasil e no mundo. Destacou a existência de riscos de desastres naturais - que não eram sobrenaturais - e que tinham efeitos catastróficos quando envolviam questões humanas. Pontuou que todas as questões climáticas e de solo de determinado território deviam ser consideradas antes de ocupá-lo, que era preciso planejar o uso da terra. Voltando-se ao slide, ressaltou que aquela combinação de fatores gerava as diversidades dos espaços territoriais e que grande final do projeto de ZEE não era só um mapa, mas as recomendações de uso (sem abusos) nas perspectivas do uso da terra, social, econômica. Em um próximo slide disse que falaria rapidamente da base teórica, mostrando que o desafio estava em gerar produtos que permitissem uma sintetização posterior. Mostrou um mapa das unidades naturais que contemplava a preocupação com a dinâmica da atmosfera, da hidrosfera, da litosfera e que gerava um outro componente - a biosfera. Pontuou que todos os problemas recaíam sobre a biosfera (a camada que abrigava a vida). Apontou, no mapa de suporte, regiões mais antigas e de maior cobertura florestal e outras que possuíam maior ocupação humana e solos mais profundos. Lembrou que o Amapá era um estado privilegiado em planícies costeiras e extremamente dinâmicas e apontou para as margens do Rio Jari e do Rio Amazonas, onde estavam as planícies. Acrescentou que era possível observar uma área mais antiga e florestada, uma área mais recente (os tabuleiros costeiros com as savanas) e planícies fluviais e marinhas que eram as terras mais baixas, mais frágeis e mais frequentemente visitadas pela ação da água. Apontou que essas planícies eram as mais afetadas por



Governo do Estado do Amapá

inundações quando a maré subia e quando chovia, voltando a exemplificar com o que estava ocorrendo do Rio Grande do Sul e enfatizando que a água estava ocupando o seu lugar. Abordou um outro mapa - que caracterizou como ousado por tentar sintetizar os domínios socioeconômicos do Estado. Lembrou que 71% do Estado (segundo os novos dados territoriais da Embrapa) estavam sob o domínio de unidades de conservação e que 29% eram de terras livres de usos predestinados. Apontou que tinham a savana e parte da planície costeira/marinha nesses 29% do território, ressaltando que elas eram livres de legislação específica, mas que tinham várias outras regulamentações de uso. Dominantemente, a lei de 2005 do ordenamento territorial do Estado que era uma lei muito bem elaborada e a Lei do Código Florestal nº 12.651/2012. Em seguida, mostrou no mapa as terras indígenas, as terras de proteção integral e as unidades de conservação focadas no desenvolvimento sustentável: a FLONA, a FLOTA, as reservas extrativistas e agrícolas. Disse que o Estado do Amapá era de uma complexidade enorme no que tangia à legislação relacionada ao uso e ocupação da terra. Reforçou que o desafio era fazer mais e melhor, respeitando as questões ambientais. Lembrou que a realização da Conferência das Partes - COP será em Belém, no ano 2025, e que o Estado do Amapá não poderia chegar ao evento dizendo que reduziu a reserva legal para 50%, sob o risco de o Brasil inteiro e o mundo dizerem que o Amapá estava fazendo "bobagem ambiental". Ressaltou a importância de adotar critérios para proceder com a redução da reserva legal que estava prevista em lei. Mostrou um mapa de integração dos sistemas socioeconômicos e naturais e destacou a dificuldade de mapear de forma criteriosa - por meio da computação - as zonas existentes. Disse que o mapa era uma combinação das UCs, das terras indígenas, das condições da biodiversidade, das condições da geodiversidade e das condições da sociodiversidade. Ressaltou que estavam preocupados em fazer uma boa política socioambiental e que tinham como critério para ordenamento do território os três ecossistemas (chamado de macrozonas): das florestas, das savanas, da planície costeira e fluvial e que essas regiões se subdividiam em função das UCs, das terras indígenas, dos assentamentos rurais de agricultura familiar e da ocupação do setor produtivo e urbano que se concentrava principalmente sobre os tabuleiros. Pontuou que todas as macrozonas eram extremamente sensíveis e que cada uma tinha as suas peculiaridades. Disse que todas as macrozonas eram extremamente sensíveis, cada qual com as suas peculiaridades. No caso das terras de florestas, especificou cada uma das zonas (exibindo os tópicos no slide): Floresta de Proteção Integral do Tumucumaque; Floresta de Proteção Integral do Jari; FLOTA do Amapá; FLONA do Amapá, especificando que as duas últimas eram unidades ou zonas de desenvolvimento sustentável em que algumas atividades produtivas eram permitidas e outras não. E que, desta forma, não eram intocáveis, mas precisavam ser mantidas em pé, como áreas florestais. Relatou que viu extração de toras de madeira ao longo de suas visitas ao interior do Estado e que esta era uma atividade econômica bastante praticada, mas que precisava de critérios. Retomando a sequência do slide, fez a leitura das demais terras de



Governo do Estado do Amapá

floresta elencadas. Caracterizou-as como diferentes categorias que foram exploradas, que tinham suas potencialidades e recomendações. Disse que se referia ao termo "recomendações" porque não poderiam impor o que deveria ser feito, mas sim fornecer as bases técnicas que permitissem a melhor tomada de decisões. Prosseguiu apresentando um slide com as terras de savanas (cerrado) nas quais estavam localizados os tabuleiros. Explicou que as regiões de tabuleiros, nos diferentes Estados brasileiros, tinham variações morfológicas e de solo locais, apontando que o solo do norte do Amapá era do tipo plínticos - com muita concreção ferruginosa e de difícil manejo do ponto de vista da agricultura, sendo apto talvez para o uso da pecuária pecuária. Seguiu falando sobre a savana e excepcionou a área que estava na borda da bacia sedimentar amazônica como a única que não estava em área de tabuleiro. Disse que, por sorte, conhecia a região desde 1982 quando trabalhou no RADAM em escala de semidetalhe no mapeamento do Baixo Jari e que sempre quis conhecê-la pessoalmente. Narrou que foi lá pessoalmente no ano passado e que era uma área de savana em solo extremamente raso e pedregoso, no meio da floresta. Caracterizou-a como uma área de muitas chuvas, mas uma Savana diferente daquelas de regiões de tabuleiro e adaptada a relevos um pouco mais aplanados e solos mais profundos. Acrescentou que havia condições de relevos no tabuleiro que eram propícias à atividade agrícola mecanizada, mas não era todo tabuleiro que possuía essa aptidão. Pontuou que algumas áreas eram de rugosidade topográfica acentuada do tipo "vertentes muito inclinadas", "cabeceiras de drenagem", "baixios" que não eram favoráveis à agricultura e deveriam permanecer em estágio de conservação. Disse que, quando o Código Florestal apontava o percentual de preservação de 35% da savana nas propriedades rurais, essas áreas que eram mais frágeis deveriam ser as utilizadas como áreas para a sua reserva legal. Apontou que, em compensação, havia áreas extensas de plantação de eucalipto no Amapá, situadas em regiões de tabuleiro costeiro, que essa monocultura estava em solos que poderiam ser usados para agricultura de grãos, por exemplo, e que a prática merecia ser repensada de forma a tornar o território mais produtivo. Sobre terras costeiras e ribeirinhas, apontou que havia várias condições diferentes, fazendo a leitura das diferentes planícies fluviais e marinhas do Estado. Ressaltou que todas elas eram extremamente frágeis, mas que isso não significava que as pessoas deveriam ser retiradas desses locais, nem mesmo serem removidas atividades econômicas centenárias, mas que não recomendava a intensificação e/ou ampliação do uso com o consequente aumento da concentração de pessoas. Sobre as Diretrizes Gerais e Específicas do projeto, relatou que havia 39 delas elencadas no relatório, mas que separaram algumas por setor para exemplificar. A primeira delas "Agricultura/Silvicultura/Pecuária" passava por aumentar a produção e a produtividade com práticas agroecológicas e sistema de produção integrado. Caracterizou esse setor como mais delicado no estado do Amapá, pontuando que não estava dizendo que não deveria ser feita ou expandida a agricultura mecanizada, mas que era preciso adequá-la e seguir, por exemplo, a aptidão agrícola do mapa da Embrapa. Prosseguiu fazendo a leitura no slide das



Governo do Estado do Amapá

diretrizes de mineração, indústria, turismo e energias alternativas. Apontou o setor industrial como extremamente deficiente no Amapá, relatando que muitos itens eram exportados "*in natura*" e que era preciso pensar em uma forma de processar e enriquecer os produtos para exportação. Relatou que gostaria de ter conhecido a região da Serra do Navio em 1970, na época da mineradora ICOMI, mas que não foi possível. Disse que a mineração era uma atividade importante, que tinha um impacto muito local, e que, no Brasil, pegava e transportava os produtos para exportação sem qualquer geração de resultados para os Estados em que ocorria. Disse que o Estado tinha que encontrar caminhos para que essas atividades de produção de produtos primários (vindos da agricultura, da pecuária, do extrativismo, do garimpo) passasse por um processo de elaboração e citou como exemplo que era muito melhor exportar pasta de celulose ao invés de toquinho de eucalipto. Enfatizou que não era possível pensar mais em um Estado cujo dinheiro era oriundo basicamente do salário de servidores públicos ou de ações do setor de educação, saúde e segurança, destacando que 50% do PIB do Amapá vinha do dinheiro público. Reiterou que o dinheiro público era necessário e importante, mas que não podia ser a única fonte e que era preciso fazer com que o setor produtivo fosse realmente produtivo - e não especulativo - com sistemas agrícolas engajados e vinculados a cooperativas e/ou a empresas agroindustriais, como era feito nos Estados da região sul do país. Afirmou que, quando pensavam nos assentamentos rurais de agricultura familiar no Amapá, viam que o produtor rural assentado ou não tinha que ter a terra em condições de relevo e de solo favoráveis, tecnologia para aumentar a sua produtividade e orientação técnica para melhorar a sua capacidade produtiva. Mas que, além disso, o produtor precisava de garantia de mercado daquilo que iria produzir, dado que não adiantava plantar e não ter para quem vender e relatando que viu esse fato ocorrer na década de 90 na região Transamazônica com "pilhas" de arroz e de milho colhidas sem destinação para compradores. Enfatizou que o mercado era o que definia que não adiantava "inventar moda" neste sentido. Relatou que participou de uma banca de tese na UNESP de Prudente em que um professor falou que o Plano Safra privilegiava os produtores dos latifúndios e que os produtores assentados ou da agricultura familiar recebiam uma quantidade ínfima. E que alguém da plateia opinou dizendo que esses agricultores não pagavam as contas. E concluiu: o investimento é quase de fundo perdido porque não tem retorno já que produzem e não têm para quem vender. Avançando nos temas, lembrou que o Brasil estava "explodindo" em energias alternativas, sobretudo com a fonte eólica no Nordeste e no Rio Grande do Sul e fotovoltaica no Nordeste, no Sudeste, no Sul, na Amazônia e que esse seria o caminho. Exclamou "Petróleo, não!" e pontuou que não estava falando sobre isso, mas que queria pontuar a necessidade de uma transição energética que não aconteceria em 10 ou 20 anos. Destacou que o carvão - surgido na Revolução Industrial - era utilizado em dias atuais e que nem poderiam falar tão mal assim do petróleo. Exemplificou que os reis da Arábia ou Venezuela não gostariam de ter que parar de produzir petróleo. Sobre as diretrizes das condições de vida, ressaltou que as comunidades



Governo do Estado do Amapá

tradicionais estavam contempladas no relatório e enfatizou que ribeirinhos tinham uma cultura própria, uma vida própria e que deveriam ser incorporados a um sistema produtivo mais eficiente, sem querer interferir na sua realidade. Exemplificou com o caso de um morador de uma comunidade em Parintins, ao norte do Rio Amazonas, em que um produtor ribeirinho conseguiu vender sementes de guaraná (produzidas com um modelo agroflorestal orientado pela EMBRAPA), para a Coca-Cola do município de Manaus, reafirmando que era viável ter iniciativas do tipo. Lendo mais alguns tópicos em sua apresentação, reiterou que foram elaboradas 39 ações propositivas gerais no relatório. Pontuou que era preciso que todos lessem o documento que possuía mais de 900 páginas de texto e de informações que ficariam disponibilizadas na internet assim que a redação final fosse aprovada, a fim de que todos pudessem acessá-las, consultá-las e apontar aqueles fatores benéficos e os prejudiciais do projeto de ZEE. Nos slides que seguiram, começando pelas terras indígenas, mostrou exemplos em que foram avaliadas as potencialidades, as fragilidades e feitas as recomendações. Em especial, sobre as áreas dos assentamentos que tinham um eixo na Serra do Navio e outro eixo no Oiapoque, relatou que foi visitá-los e ficou bastante surpreso pelas péssimas condições que estavam. Relatou que eles receberam a terra e que a maior parte dos assentados produzia em quantidades muito pequenas estando situados em grandes regiões de floresta. Que era preciso transformar os ambientes de assentamento em regiões que valessem o sacrifício florestal e que, portanto, sugeriam que essas áreas dos assentamentos dos assentamentos de agricultura familiar fossem reduzidas de 80% para 50% de território para dar maior viabilidade e solucionar problemas de mercado. Avançou por outros slides e exibiu outras potencialidades, fragilidades e recomendações. Sobre as terras costeiras e ribeirinhas, ainda acrescentou que a Lei de ordenamento territorial de 2005 era muito boa e muito bem feita, mas que alguns itens precisavam ser ajustados. Alertou principalmente para as áreas fluviais e marinhas das terras costeiras. Dado o limite de tempo do evento, encerrou a sua fala. Logo após as explanações dos professores, o Secretário Lucas Abrahão deu continuidade ao evento, dando início a **terceira etapa** da Audiência Pública. Este informou que foram formuladas quatorze perguntas que serão respondidas pelos professores pesquisadores presentes. Logo em seguida, passou o andamento dos trabalhos para a Coordenadora Maria Cecília. A Coordenadora ficou responsável por mediar esta etapa. Esta convidou os pesquisadores do estudo do ZEE para subirem ao palco para comporem a mesa e responderem as perguntas feitas. Em seguida, ela convidou as pessoas que inscreveram perguntas para que se colocassem à frente do palco para que cada um formulasse sua pergunta. Antes, o Secretário de Planejamento Lucas Abrahão, deixou uma fala de conciliação e disse que, em respeito ao trabalho dos pesquisadores, dessem o benefício do melhor trabalho possível dentro das condições de que dispunham. Pontuou que, naturalmente, poderia ocorrer de algum tema não ter sido abordado no texto ou das diretrizes do documento. Pediu que partissem do princípio de que o diálogo estava aberto e de que nenhum segmento deveria se sentir apartado do



Governo do Estado do Amapá

processo. Pediu que o ambiente fosse respeitoso, propositivo e de confluências e convergências. Logo após, o primeiro a fazer seu questionamento foi o Senhor **Airton Soares** que cumprimentou a todos os presentes e disse ser representante da sociedade civil, e fez sua fala a respeito do tema mineração. Ele pontuou que observou muita fragilidade no quesito mineração e mesmo não observando o resultado final do estudo, ele recomendou e sugeriu aos participantes para que negociem o tema mineração, tendo em vista que há uma restrição muito grande e que não se tem a noção das áreas que serão disponibilizadas, e de que há uma recomendação de que a mineração seja sustentável e de maneira controlável e a grande maioria das pessoas do Estado trabalham com a garimpagem e para trabalhar a garimpagem como está proposta no estudo é muito complicado. Ele sugeriu que a mineração seja reavaliada para que seja aprovada. Disse que sua outra preocupação é com relação à recomendação sobre a Reserva Legal. Enfatizou que os assentamentos do Estado estão estourados devido a inoperância dos Governos e sugeriu, para que se mantenha os homens do campo, dentro de suas propriedades, que fossem estendidas a mais áreas. Pontuou que a recomendação de reserva legal fosse substituída por uma definição neste sentido, de aumento da Reserva Legal, dizendo que deveriam ter muito cuidado pois o futuro do Amapá estava em jogo e que o Estado não conseguiria viver sem a mineração, pediu a reavaliação dos técnicos e disse não entender o porquê de terem sido feitos tantos ajustes nessa atividade. Voltando-se ao Deputado Jesus Pontes e aos técnicos presentes, disse que era muito pouco ter menos de 1% para minerar dentro dos assentamentos e disse que precisavam definir a recomendação sob pena do ZEE se tornar um projeto "frouxo". Em seguida, em resposta às colocações do Senhor Airton, o Senhor **Vagner**, pesquisador do IEPA, geólogo, disse que o relatório do ZEE tem mais de 850 páginas e na parte de mineração tocaram na importância de se rediscutir a institucionalidade das áreas de mineração como um passo fundamental para não se inviabilizar a atividade no Estado do Amapá, pensando a mineração de forma mais sustentável, mas também produtiva para o Estado. Sugeriu que pode ser pensado em criação de zonas de relevante interesse mineral para se pensar a mineração mais sustentável e produtiva. Ele esclareceu que o zoneamento não pode propor recomendação para áreas institucionalizadas. Disse que o que pode ser feito é rediscutir o plano de manejo das áreas institucionalizadas já existentes para que ele contemple a mineração. Deu o exemplo de uma zona no plano de manejo da FLOTA sobre pesquisa mineral mas que não possibilita a exploração mineral. Disse que isso pode ser reajustado. Em seguida, o **professor Marcelo**, complementou a fala de seu colega e lembrou que em 2013 houve um seminário para discussão do Plano de Manejo da FLOTA e que enquanto palestrante eles fizeram algumas análises espaciais que indicavam que o potencial mineral do Estado já era reduzido e ainda tinha 24% das áreas de efetivo potencial mineral reconhecido e que com a inserção da FLOTA caía para 11%. Pontuou que sugeriam a desafetação dessas áreas de potencial de mineração, mas que isso não foi feito. Pontuou que no relatório do ZEE trabalharam com geologia,



Governo do Estado do Amapá

geomorfologia e mostraram as áreas com potencial mineral e que isso é algo relevante que precisa ser discutido, mas que não cabia aos técnicos apontar se podia ou não podia. Disse que não estavam aumentando ou diminuindo o potencial mineral do Estado, mas apenas demonstrando um retrato da atual capacidade de mineração no Amapá e que podem somente fazer recomendações. Completou dizendo que se esse é um tema relevante, a sociedade civil organizada deve pressionar o poder público para que isso seja resolvido. Logo após foi chamado o próximo inscrito. O senhor **Mamed Barbosa** fez duas observações sobre não se poder mexer em áreas já reguladas, pontuando que a atividade econômica precisa de liberdade de produção em suas terras. Disse que não se pode colocar regras de Estado em terras alheias e que o dono da terra tem que ter liberdade de produzir em suas áreas e é ele que tem que decidir onde plantar. Disse que, se tinham minérios embaixo da floresta, era necessário legislar para que essas áreas fossem desafetadas e pudessem ser utilizadas. Disse que o ZEE tinha que estar no Estado como ferramenta de destravamento econômico e que a mineração necessitava de liberdade de pesquisa e exploração, se fosse o caso. Disse que é necessário que se tenham áreas liberadas para produção e exploração. Em seguida, foi chamado o próximo inscrito. O senhor **George Lemos** do setor florestal fez suas considerações dizendo que o setor existia há mais de 300 anos no Estado do Amapá e que 97% das áreas de preservação existem graças a ele. Disse que o plano de manejo florestal sustentável era visto com preconceito no Relatório do ZEE e que isso precisa ser revisto. Disse que o Estado tinha empresas gerando prêmios internacionais. Ele questionou sobre como o zoneamento em algumas zonas referenciadas e seus planos de manejo pode ser considerado como perda de diversidade e aumento de doenças tropicais. Em resposta às considerações e ao questionamento do senhor Mamed, o senhor **Marcelo Clarin**, pesquisador, disse que o ZEE era trabalhado em três pilares, econômico, social e ambiental, e destacou que 72% do Estado passava por algum tipo de proteção, e que, a partir disso, deveriam partir para a produtividade, e do que o Estado poderia oferecer para a população do Amapá e o ZEE foi consolidado a partir disso. O pesquisador reforçou que o estudo foi construído de forma sequencial por cada eixo e grupo, cada um fazendo suas discussões com base em suas prerrogativas e natureza de coletas de dados, e a partir disso foi estabelecido, por exemplo, para a questão da vegetação, grande eixos temáticos, permitindo estabelecer e entender que existe uma nova unidade biogeográfica no Amapá que foi muito pouco discutida que são as campinaranas. Disse não entender que as restrições não são objeto de interesse do zoneamento como instrumento político de gestão. Disse que cabe ao zoneamento estabelecer, dentro do cenário de estudos, o que é mais provável e o que é menos provável de uso, porque o fundamento dele é dar oportunidade aos Governos de tomarem decisões e que isso precede até qualquer outra tomada de decisão pretérita. Enfatizou que cabe à casa do povo, ALAP, fazer isso. Reforçou que o ZEE era um instrumento de orientação e, de forma alguma, determinaria o que deveria ou não ser feito. Finalizou dizendo que o ZEE é um instrumento de orientação e



Governo do Estado do Amapá

que não deve nos privar do desenvolvimento. Em seguida, foi convidada a fazer seu questionamento a **senhora Vitória Reis Carvalho**. A estudante questionou sobre recomendações para áreas urbanas, pontuando sobre as áreas que sofrem pressão de ocupação, as áreas que são antropizadas que são ocupadas mesmo sendo alagadas, questionou se no ZEE existem recomendações para adaptações de infraestrutura que se adequem a essas áreas. Em resposta, o professor **Jurandyr Ross** disse que as áreas urbanas não são o foco específico do ZEE porque o trabalho está focado numa escala regional e não específica urbana, e que para isso era preciso analisar e pensar o Plano de Diretor do Município. Disse ainda que via na área metropolitana de Macapá o mesmo que já foi feito no Rio Grande do Sul: a população estava ocupando os "brejos", as planícies dos pequenos igarapés e estas ocupações eram feitas por populações de renda mais baixa, de forma aleatória, espontânea e que merecia preocupação. Disse que a água ficava sem ter como escoar e acabava invadindo as casas. Pontuou que era preciso ver o Plano Diretor do município de Macapá sobre a ocupação dessas áreas brejosas. **O senhor Yuri Silva cumprimentou todos os presentes e saudou a Mesa de Honra**, pontuando que ali estavam alguns de seus ex-professores, pesquisadores do Amapá e de fora do Estado. Disse que aquele momento era também de combate ao negacionismo científico e que estavam disponibilizando o melhor conhecimento possível sobre o tema. Ressaltou que cabia a todos ali presentes e aos entes do Estado, cada qual em suas áreas de atuação, receber as informações, interpretá-las e usá-las da melhor forma, visando ao desenvolvimento social e econômico do Amapá. Sobre o seu questionamento, disse que a Amazônia já vivia um cenário de mudança climática e havia aqueles que negavam o fenômeno, mas que, no ano anterior, já havia sido possível ver a grande estiagem e quantas perdas de produção passaram os seus companheiros do Curiaú, ali representados por sua amiga Esmeraldina. Reforçou que as mudanças climáticas eram reais e estavam ocorrendo no Estado do Amapá e na Amazônia como um todo. Relatou que gostaria de entender se, nesse cenário, haviam sido feitas projeções de mudança do regime de chuvas, de aumento das temperaturas e demais análises. Para finalizar, questionou como essas análises interferiam no ZEE e na determinação de cada uma dessas áreas. Agradeceu e encerrou a sua fala. Em resposta ao senhor Yuri, foi confirmada pela equipe de pesquisadores a realização de análises sobre mudanças climáticas e que foi, inclusive, com base nessas análises, que puderam apontar se determinada área era boa, se havia um regime de chuvas e qual era esse regime. O pesquisador pontuou que essas informações foram projetadas com base em estudos de mais de dez anos pretéritos. Afirmou que não era possível prever o que aconteceria dali a alguns anos, mas que analisaram a parte climática com base em informações do IEPA e puderam identificar áreas que que inundáveis, áreas com potencial de chuva, estimar a quantidade dessas chuvas anualmente e consolidar essas informações no ZEE. O professor **Jurandyr Ross** acrescentou que havia um relatório de clima bem feito e tecnicamente sério. Sobre previsões climáticas futuras, alertou que era um pouco complicado realizá-las, mas citou uma tese



Governo do Estado do Amapá

de um de seus ex-alunos que estudou um período de 100 anos do comportamento das chuvas em várias estações da área metropolitana de São Paulo. Explicou que, examinando os dados, era possível verificar um pico de chuva a cada 10, 15 anos que chegava a 2000 mm na capital paulista. E que, em compensação, em outros 10 anos, chovia apenas 800, 900 mm, sendo um exemplo o ano de 2014. Naquele ano, relatou que houve um desespero da população devido à falta d'água. Acrescentou que o clima tinha uma dinâmica própria, com recorrências e ciclos que ocorriam independentemente do aquecimento global e disse que o que se podia avaliar pelos discursos e pelos trabalhos dos meteorologistas e climatologistas era que - com o aquecimento global - a tendência era de aumento de chuvas nas áreas em que já chovia bastante e cenários de chuva e de estiagem em áreas em que já chovia menos. Pontuou que ar e água eram os dois elementos da natureza que circulavam livremente e estavam diretamente relacionados com a densidade/temperatura e que a circulação geral do ar e das águas nos oceanos eram muito semelhantes porque obedeciam às leis gerais da natureza. Lembrou que o que aconteceu no Rio Grande do Sul em 1945 voltou a acontecer em 2024 e, possivelmente, aconteceria dali a alguns anos. Pontuou que o erro já havia sido cometido: ocupação de lugares inadequados. Destacou que séculos atrás as cidades eram pequeninhas, mas que agora eram enormes. Reafirmou que o clima era um assunto delicado, sério e que a previsibilidade de médio e de longo prazo se dava por meio de modelos matemáticos. Exemplificou com os modelos que tratavam de escorregamento, dizendo que havia mil modelos falando sobre o tema e que o pesquisador adotava um determinado modelo que poderia falhar, mostrando que há uma imprevisibilidade quando se trata da natureza e que os seres humanos também eram imprevisíveis. Encerrou a sua fala. Ato contínuo, o secretário **Lucas Abrahão** fez uma moderação solicitando que a pergunta do senhor Lemos fosse respondida em seu fato concreto, reiterando que a pergunta era "Por que nas zonas 1.3.1, 1.3.2 e 1.3.4 do ZEE o Plano de Manejo estava considerado como perda de diversidade e aumento das doenças tropicais?" e também oferecendo instruções para aqueles que desejassem consultar o site do ZEE, fornecendo o seu endereço: <https://zee.portal.ap.gov.br/>. Em resposta, uma das pesquisadoras da Mesa disse que não houve essa relação direta. Acrescentou que, em relação às doenças tropicais e partindo dos dados que a coletados, perceberam um aumento muito grande de vetores de doenças e inseriram uma recomendação a respeito. Reforçou que o ZEE era uma política norteadora de ações e, por essa razão, era muito importante que essas áreas recebessem estudos e monitoramento do aumento dessas doenças. Acrescentou que revisaria o documento para verificar se houve uma relação direta. Outro pesquisador respondeu que foi realizado no país um estudo sobre insetos de importância na transmissão de doenças ao homem. Destacou que, nessas áreas que foram pesquisadas, havia um grande potencial de mosquitos transmissores de malária, dengue, leishmaniose, doença de Chagas. E que, por isso, faziam a recomendação de atenção redobrada às doenças, caso fossem desenvolvidas atividades nessas áreas, para não acontecer o que



Governo do Estado do Amapá

aconteceu em Porto Velho, quando foi feita a construção da ferrovia e as pessoas morriam de malária naquela região. Acrescentou que o estudo foi feito no sentido de mostrar que a área tinha um potencial madeireiro, mas também um grande potencial de transmissão de doenças ao homem que poderiam levá-lo à morte. Exemplificou que ali, em uma região próxima, estavam ocorrendo casos de leishmaniose, inclusive canina, porque havia sido feita uma liberação de uma área para construção de um condomínio e consequente devastação das árvores da região. Ressaltou que aquele cuidado era necessário porque qualquer movimentação em área de floresta que continha vetores, poderia deslocá-lo para áreas urbanas e ocasionar doenças no homem. Encerrou a sua fala. Em seguida, o professor **Marcelo** pontuou que a FLOTA e demais florestas de produção tinham o seu escopo bem estabelecido e que o levantamento era meramente didático. Disse que a região convivía com a malária eternamente e que ele mesmo já havia sido contaminado por duas vezes. Reforçou que o Plano de Manejo da FLOTA era extremamente adequado para o regime de operações que a região exigia, a partir de estudos e inventários florestais. Disse que o Estado assumia a prerrogativa de que todos os entendimentos sobre o domínio daquele ambiente era pressuposto em estudos com base científicas e técnicas e que isso tinha sido feito. Acrescentou que cabia aos técnicos e cientistas o estabelecimento de um cenário metodológico e os resultados desse cenário, a partir do objeto trabalhado. Pontuou que a Amazônia precisava ser manejada e que não podiam tirar esse direito do povo que vivia na região. Destacou que começaram o ZEE a partir de um ponto - 72% do território do Estado já se submetia a algum tipo de proteção - e que precisavam de olhar para o povo do Estado que subsistiria a partir daí. Disse que, ao olhar para a floresta, via muitos recursos que tinham de ser aproveitados e que a função dos pesquisadores como instrumento de política era a de dizer: "Estado, está aqui o ZEE. Aproveitem como for possível. Mantenham a floresta em pé, mas mantenham o povo alimentado e vivo porque é fundamental". Na sequência, o secretário **Lucas Abrahão**, leu um pedido (feito pela participante Josineide) ao corpo de pesquisadores para que o ZEE contivesse uma distinção com relação às áreas quilombolas e abriu espaço para que pudessem falar do que já constava no relatório. Leu também outro pedido (feito pelo participante Wellington) de que o ZEE discutisse possibilidades logísticas de expansão de projetos ferroviários. Por fim registrou uma preocupação do senhor Isaías Antunes sobre a Lagoa dos Índios, pedindo algum apontamento a esse respeito. Em resposta, o professor **Jurandyr Ross** disse que a pesquisadora mais adequada para falar sobre os quilombolas não estava presente, mas deu um breve relato. Apontou que o estudo teve um cuidado significativo em relação às populações tradicionais - comunidades ribeirinhas, quilombolas, extrativistas - e que sabia que havia reivindicações dos quilombolas por áreas ainda não reconhecidas. Disse que não apontaram no relatório onde esse reconhecimento deveria ser feito, mas deixaram em aberto o fato de que comunidades tradicionais deviam ser inseridas nas discussões, respeitadas nas suas condições sociais, culturais e econômicas e não podiam ser alijadas do processo em regiões em que há



Governo do Estado do Amapá

litígio. Acrescentou que comunidades tradicionais não poderiam ser tratadas - em qualquer parte do Brasil - como "zoológicos" de caboclos, exemplificando discussões similares que tiveram no projeto do pantanal. Disse que era preciso dar a essas populações os mesmos direitos que os indígenas tinham de escolher os seus caminhos. Já sobre ferrovias, o professor Jurandyr acrescentou que a ferrovia que ligava o eixo de Serra do Navio ao porto estava desativada e que a sua reativação não era prevista porque seriam necessários passageiros e mercadorias para serem transportados. Disse que outros modais rodoviários eram muito mais rápidos, o que deixava a retomada de ferrovias para segundo plano. Enfatizou que o Amapá precisava pensar mais em seu porto como uma saída viável para a circulação de mercadorias - destacando que Santana era o melhor lugar que o Estado tinha para essa finalidade - mas que ainda era extremamente deficiente. Ato contínuo, o secretário **Lucas Abrahão** mediu as perguntas voltadas para o tema "mineração" e concedeu a palavra ao primeiro de seus representantes. Com a palavra, o senhor **João Pugati** cumprimentou todos os presentes. Disse que estava no Estado há mais de vinte anos realizando pesquisas e desenvolvendo o setor de mineração. Destacou que o Amapá precisava prosperar por meio de empresas que investiam, tinham cuidado com o meio ambiente, eram internacionais e zelavam há anos em mineração estratégica. Disse que tinham um grande potencial de áreas em que estava sendo feito o ZEE. Disse que tinham grandes reservas de nióbio e que queriam construir indústrias e realizar a geração de emprego e um grande Estado no projeto de mineração, pediu que a Agência Nacional de Mineração - ANM e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática - MMA fizessem parte desse contexto. Disse que tinham que colocar a mineração em primeiro lugar como objeto de desenvolvimento sustentável do Estado. A Mestre de Cerimônias Maria Cecília passou a palavra ao próximo representante. Com a palavra, o senhor **Orivaldo Lima de Amorim** cumprimentou os presentes. Disse que gostaria de saber se algum dos pesquisadores representava a ANM e que talvez a sua pergunta ficasse sem resposta pela falta de representantes da instituição. Disse que o Estado do Amapá era um dos mais ricos nos setores mineral e madeireiro e que tinha a maior área de reservas biológicas legais. Por outro lado, era um dos Estados que tinham os menores PIB do país e que estava engessado por essas áreas de preservação ambiental. Disse que, quando o Estado criou a FLOTA, a mineração foi ainda mais prejudicada do que o setor madeireiro, pois se não suprimissem as árvores de superfície não seria possível extrair minérios. Relatou que percebeu que o ZEE alavancaria a economia do Estado do Amapá e parabenizou o Governo do Estado pela brilhante iniciativa. Pontuou que não era possível um Estado crescer economicamente se estivesse travado pelas regiões de Reserva Nacional do Cobre e Associados - RENCA, FLONA e FLOTA. Destacou que o subsolo nacional era de competência da União e que a exploração de recursos minerais deviam ser licenciadas pela ANM. Relatou que, por essa razão, não estavam conseguindo emitir licenças para pequenos mineradores cujas terras se localizavam em regiões de preservação ambiental. Por fim, perguntou se o ZEE contemplaria o setor mineral e a permissão para a



Governo do Estado do Amapá

entrada e exploração do subsolo. Encerrou a sua fala. Adiante, a fala foi repassada ao senhor Chico Nogueira, próximo representante dos mineradores, para que todas as perguntas fossem feitas de uma só vez e a resposta fosse conjunta. Com a palavra, o senhor **Chico Nogueira** cumprimentou os presentes. Destacou que aquele era o minuto mais importante da história da sua vida para falar de mineração. Disse que a mineração era uma atividade tão tradicional como as demais citadas e que os Governos (atual e anteriores) tinham uma paixão pela tradicionalidade. Relatou que a primeira lei de reconhecimento de tradicionalidade foi efetuada na comunidade tradicional do Cupixi. Contou que chegou à região no ano de 1986 e, na época, encontrou os senhores José Luiz Barreto e Severino Barreto, tios do Senador Lucas Barreto. Disse que era uma tristeza ver que o foco não estava nas pessoas, que precisavam se desprender de vaidades (fazendo menção ao conhecimento técnico-científico) e que a mineração, além de ser uma tradição, era o único setor econômico capaz de salvar o Estado da miséria e da pobreza. Relatou que morou em uma comunidade de agricultores no Pará chamada atualmente de Canaã dos Carajás que possuía um alto PIB per capita. Parabenizou o trabalho dos pesquisadores, mas enfatizou que precisavam ter a sensibilidade de oferecerem pareceres favoráveis ao setor de produção, especialmente aquele capaz de salvar o Estado do Amapá da pobreza. Disse que a mineração e a superfície eram direitos distintos. Relatou que havia 16 cooperativas no Estado do Amapá ligadas ao ramo mineral e que a atividade de mineração estava em tudo, em todos os setores de produção. Pediu que focassem no setor de produção e disse que ainda dava tempo de alterar o projeto do ZEE para que gerações futuras não viessem culpá-los. Disse que passavam por dificuldades no Estado por esse travamento e que faltava vontade política para fazer com que o problema fosse resolvido. Enfatizou que todas as coisas trabalhadas tecnicamente sem o uso da razão, mas apenas com o coração, era prejudicial. Definiu "razão" como os direitos constitucionalmente definidos de direito à vida, à liberdade, à alimentação, à educação. Destacou a importância de que os representantes políticos do povo gostassem de gente e agissem com amor e com vontade política, dado que o Plano de Manejo vigente não travava a prática da mineração no Estado. Disse que era um governo da esperança para o Estado e que a trava atual à atividade de mineração se dava por vaidade, mas precisava ser solucionada e fazer dar certo. Relatou que a atividade de garimpo tradicional é que foi responsável pelo seu sustento e criação dos seus filhos. Citando dados comparativos de PIB, caracterizou o Estado do Amapá como um Estado rico de pessoas pobres e disse que essa situação precisava mudar. Ao ser informado sobre o término do tempo de fala, disse que - desde governos anteriores - pediram para que ele parasse e não expusesse o problema. Encerrou a sua fala. Em seguida, a mediadora **Maria Cecília** disse que a contribuição dele era valiosa. O secretário **Lucas Abrahão** destacou que não houve qualquer tipo de cerceamento da palavra e que a soma das falas dos representantes da mineração tornou o assunto como o mais debatido naquela audiência pública, de forma justa e merecida. Concedeu a palavra ao senhor Isaías, ressaltando que assuntos com mais pormenores



Governo do Estado do Amapá

não eram tema do evento, mas abrindo espaço para o seu posicionamento. Com a palavra, o senhor **Izaías Mathias Antunes** fez a sua manifestação sobre o tema "Lagoa dos Índios". Saudou todos os presentes e deixou registrado o seguinte questionamento: como ficariam as empresas que estavam instaladas na Lagoa dos Índios e gerando emprego e renda há anos. Falou que o tema já havia sido objeto de audiência pública e que empresas que extraíam argila (mineral classe 2) forneciam esse material como o principal para a produção de tijolos e telhas. Apresentou-se como presidente do Sindicato Oleiro e Cerâmico do Amapá e pontuou que representava uma indústria que gerava "n" empregos na região. Como outra preocupação, apontou que utilizavam para a atividade de piscicultura as cavas em que extraíam a argila e que, embora já tivesse ocorrido uma audiência pública, não tinham obtido resultados. Mencionou a migração de amapaenses para o sul do país em busca de empregos, sendo que o Estado era extremamente rico e poderia gerá-los. Agradeceu e encerrou a sua fala. Ato contínuo, a Mestre de Cerimônias Maria Cecília convidou a senhora Josineide Araújo, para utilizar o seu tempo de fala. Com a palavra, a senhora **Josineide Araújo** parabenizou os pesquisadores pelo trabalho desenvolvido. Pontuou que aqueles que falaram em defesa das indústrias de grãos e de mineração não demonstraram qualquer preocupação com as pessoas que viviam naquelas áreas. Disse que ali falaria representando as comunidades quilombolas. Parabenizou o fato de falarem e defenderem comunidades indígenas e que achava ótimo existirem manifestações nesse sentido. Disse que, se as indústrias de mineração e de grãos tivessem chegado com força há 30 anos no Estado, o desmatamento aconteceria ainda em maior proporção e, no presente, o Amapá não poderia se vangloriar de ser o Estado mais preservado do país. Disse que era preciso pontuar a preservação à natureza, as comunidades que viviam à margem desses locais (comunidades tradicionais). Como exemplo, destacou que a mineração não enriqueceu e nem trouxe desenvolvimento social nos locais em que se desenvolveu - como na Serra do Navio. Acrescentou que teve a oportunidade de visitar presencialmente a região havia dois anos e que a situação da população era muito triste. Afirmou que o desenvolvimento da indústria não pode deixar de pensar nas pessoas do seu entorno, no desenvolvimento social e na preservação. Como exemplo de indústria que poderia render e oferecer bons frutos ao Estado mencionou a indústria cultural. Sobre a comunidade do Curiaú, relatou que os seus córregos já estavam impossibilitados para banho e que, as pessoas que o faziam, saíam com coceiras na pele. Disse que era importante que aquela região fosse preservada principalmente para as pessoas que viveram/viviam por lá durante tantos anos e que eram os verdadeiros donos da terra. Alegou que não se opunham à chegada do desenvolvimento, mas que era preciso manter o respeito por essas comunidades, populações e pelo meio ambiente. Agradeceu e encerrou a sua fala. Em seguida, a Mestre de Cerimônias **Maria Cecília** chamou para fazer as suas considerações o senhor Wellington. Com a palavra, o senhor **Wellington** cumprimentou todos os presentes. Sobre a proposta de ferrovia, disse que a ideia do seu colega Manoel Álvaro era de estender a ferrovia até o município



Governo do Estado do Amapá

de Oiapoque. Destacou que a proposta pensava na economicidade, dado que um trem tinha a possibilidade de conduzir carregamentos muito maiores do que caminhões. Acrescentou que grandes potências mundiais utilizavam ferrovias até os dias atuais por conta da economicidade que o modal trazia. Enfatizou a importância de criar uma ferrovia funcional, que fizesse escoamento da produção de forma barata e proporcionasse atividades de turismo no Estado. Disse que era preciso dar uma razão social, cultural e turística à ferrovia amapaense que estava abandonada. Relatou que o seu avô foi garimpeiro e chegou ao Estado, pela região do Cassiporé e do Vila Nova, em 1938. Pontuando a importância de se obter segurança jurídica, disse que era preciso pensar sobre o tema no que dizia respeito à mineração no Estado, com a finalidade de obtenção de retorno social. Questionou se algum dos presentes conhecia a cláusula contratual 47 que se relacionava ao contrato de exploração de manganês no Estado do Amapá e a obra de Álvaro da Cunha, que, segundo ele, foi execrado do Estado por ter desnudado os problemas dessa exploração. Citou a obra do Almirante Roberto Gama e Silva que nacionalizou o Projeto Jari, mencionando que sua obra estava esquecida. Disse que era preciso reconhecê-los e lembrar o seu trabalho, porque era uma questão de memória. Pediu aplausos aos povos originários da floresta e disse que esses eram os seus verdadeiros donos juntamente com os espíritos ancestrais e que os todos ali presentes eram apenas ocupantes. Pediu aplausos aos senhores João Alberto Capiberibe (Capi) e ao senhor Waldez Góes em forma de reconhecimento pelo empenho na regularização das terras amapaenses. Pediu aplausos e citou o apoio do Vice-Governador Teles Júnior por seu apoio na transposição e enquadramento dos servidores federais no Estado e ao Ministro Waldez Góes pelo Decreto que criava a comissão de servidores. Parabenizou o secretário Lucas Abrahão pelo trabalho, agradeceu e finalizou a sua fala. Dada a proximidade do encerramento do evento, um dos pesquisadores que compunha a Mesa disse que responderia de forma sucinta aos questionamentos que receberam. O pesquisador pontuou que as informações do relatório do ZEE sobre a parte mineral e a parte geológica, foram baseadas em dados oficiais da ANM, do serviço geológico brasileiro e do IBGE. Disse que o resultado final do ZEE não se encerrava naquelas audiências e que deveria ser levado à Assembleia Legislativa do Estado do Amapá - ALAP e ao Governo do Estado demonstrando as necessidades de discussão e condução da política junto aos representantes do Estado. Enfatizou que o ZEE era mais um instrumento de gestão que esperavam que os Poderes Executivo, Legislativo e a sociedade civil se apropriarem e utilizassem. O professor e pesquisador **Marcelo** retomou a fala do senhor Orivaldo dizendo que estavam trazendo uma série de informações importantes para o direcionamento das escolhas que seriam realizadas e que abrangiam a mineração e um ponto em comum: a Floresta Estadual do Amapá - FLOTA. Relatou que, em certos momentos pretéritos, foram pensados o destravamento e o manejo florestal sem levarem em consideração a produção mineral nessa região por falta de informações e de discussão com a vertente técnico-científica para pontuar em quais áreas isso poderia ser feito. Disse que era necessário



Governo do Estado do Amapá

produzir conhecimento e informações para que as escolhas pudessem ser mais acertadas. Disse que não poderiam autorizar atividades em oposição à legislação, mas que podiam fazer as suas recomendações. Pontuou que uma dessas recomendações poderia ser de destravamento de um setor sem necessariamente engessar outro. Encerrou a sua fala. O pesquisador **Viana** destacou que a recomendação de revisão do Plano de Manejo da FLOTA já estava posta no documento produzido para o ZEE e que contemplava todas as angústias daqueles que fizeram os questionamentos. Em complemento, o pesquisador **Alan** destacou que fizeram um amplo estudo das populações quilombolas do Estado e que nenhum grupo tradicional havia sido esquecido. Acrescentou que as falas solicitando determinações do ZEE não faziam sentido, pois a natureza do documento não era de determinações e sim de recomendações. Destacou que era a Assembleia Legislativa a instituição com força de lei. Relatou que fizeram estudos científicos das mais diversas áreas (solo, mineração, sócio-economia, fauna, dentre outros) e, com base neles, recomendaram, por meio de um grande mapa temático, o que poderia gerar leis futuras criadas pelas instituições e representações responsáveis. Adiante, a senhora Maria Cecília convidou o secretário Lucas Abrahão para realizar o encerramento do evento. Com a palavra, o secretário **Lucas Abrahão**, em nome do Governador Clécio Luís, agradeceu àqueles participantes presentes, aos que assistiram o evento pelas redes sociais, aos pesquisadores do projeto. Informou que haveria outras duas audiências públicas, em datas próximas (23 e 27 de maio), nos municípios de Laranjal do Jari e de Amapá. Parabenizou a equipe que auxiliou na organização da audiência pública que caracterizou como bonita e que tentou trazer o máximo de conforto a todos os participantes, consideradas as condições climáticas da região equatorial. Pediu que os pesquisadores continuassem se utilizando do portal (sítio eletrônico) do ZEE para tirarem dúvidas e alimentarem com notas técnicas, tira-teima sobre "mitos e verdades" e outras informações úteis ao esclarecimento do tema junto à população. Não havendo mais nada a ser deliberado, declarou encerrada a Primeira Audiência Pública sobre o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE do Estado do Amapá. Para constar lavrou-se a presente ata que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos que a ela deram origem. Treze horas e vinte e nove minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e vinte e quatro.